

**PROPOSTA DE INTERVENÇÃO
63ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DA OMPI – 14/07 A 22/07/ 2022**

PONTO 4 DA AGENDA: DECLARAÇÕES GERAIS

**Muito obrigada Senhor Presidente
Excelências,
Minhas senhoras e Meus Senhores**

Senhor Presidente,

Permita-me expressar em nome da República de Angola, as nossas felicitações pela Vossa eleição à presidência da **63ª** Assembleia-geral da OMPI, e pelas excelentes condições de trabalho criadas para que este evento fosse possível e manifestar o nosso total apoio para que esta Sessão alcance o sucesso almejado.

Aproveito a oportunidade para agradecer e destacar o empenho e dedicação do Director-Geral, **Daren Tang**, na condução dos destinos da Organização. Estamos plenamente conscientes que a experiência acumulada, o seu background e a vontade demonstrada em ver os países a progredirem rumo ao desenvolvimento, farão com que melhor contribua para a solução das questões mais sensíveis, existentes na Organização.

Senhor Presidente,

A República de Angola tem desencadeado acções que visam a diversificação da economia, e, por conseguinte, tem criado condições para a melhoria do ambiente de negócios, no sentido de tornar o mercado angolano mais atractivo para todos quantos pretendam investir.

Com este propósito, tem dado especial enfoque a disseminação da importância e benefícios do uso e da cultura da protecção dos direitos da Propriedade Intelectual, junto dos Decisores, órgãos judiciais, meios académicos, jovens criadores e empreendedores, associações empresariais e público em geral.

Senhor Presidente

Angola regozija-se por ter iniciado em 2022 os trabalhos de implementação do Sistema de Administração da Propriedade Industrial-IPAS, no âmbito do programa de assistência técnica que a OMPI tem providenciado aos Estados Membros, cujo objectivo é a celeridade, o aumento da qualidade e a modernização dos Serviços de Propriedade Industrial, adequando-o às normas e critérios internacionais.

Neste sentido, o Instituto Angolano da Propriedade Industrial-IAPI está a criar as condições a nível local, para a digitalização dos processos em todas as modalidades protegidas, para que a sua migração seja possível para a ferramenta-IPAS.

Por outro, Angola está a criar as bases para aderir a protocolos administrados pela OMPI, como o protocolo de Madrid para protecção de marcas, pelo que no momento certo solicitará a devida assistência técnica.

Por outro lado, gostaríamos de agradecer a OMPI pelo apoio prestado na realização de seminários sobre patentes, transferência de tecnologia e para os órgãos judiciais, bem como o programa de formação para os Estados Membros, ministrados via online e presencial, que permitem os nossos técnicos melhorarem as suas competências e consequentemente prestar um trabalho a altura das expectativas dos utentes, mas também para se tornarem veículos de disseminação e de consciencialização da importância da Propriedade Intelectual, como motor de Desenvolvimento, pelo que apelamos a continuidade dos seminários e acções de formação, essencialmente na questão das patentes de invenção devido a especificidade e complexidade que estas matérias encerram, bem como para os órgãos judiciais dos diferentes países.

Senhor Presidente,

Angola reconhece a importância do trabalho desenvolvido pelo Comité para o desenvolvimento e Propriedade Intelectual da OMPI (CDIP), e pensa que este comité deve jogar um papel preponderante na implementação do Plano de Acção para o Desenvolvimento, e todos os órgãos da OMPI deverão ter em conta as recomendações do Plano de Acção para o desenvolvimento, nas suas actividades.

As questões como a assistência técnica, o reforço das capacidades e a transferência de tecnologia devem ocupar um lugar primordial na agenda da Organização, não só pelo interesse de Angola, mas para todos os países em via de desenvolvimento, em particular os PMA's.

Angola apoia o trabalho em curso no comité intergovernamental sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Expressões culturais (IGC), visto que o resultado das discussões em torno destas matérias poderá melhorar a protecção sobre a apropriação ilícita dos mesmos.

O País espera, mui sinceramente que, depois de mais de quase duas décadas de negociação, os constituintes desta organização sejam capazes de chegar a um acordo, que passaria pela criação de um instrumento internacional, que promova e proteja as bases tradicionais assentes nos povos indígenas e comunidades locais, contra o mau uso e exploração e usurpação, sem repartição de benefícios da sua comercialização.

Muito Obrigada.